

Artigo

Emendas parlamentares

*Mateus Casarotti

A Polícia Federal deflagrou uma operação nesta quarta-feira (13) para investigar um suposto esquema de corrupção envolvendo emendas parlamentares destinadas ao Hospital Ana Nery, em Santa Cruz do Sul (RS). De acordo com as investigações, um grupo recebia 6% do valor das emendas sob a justificativa de "contrapartida pela captação de recursos". A operação, autorizada pelo ministro do STF Flávio Dino, cumpre 13 mandados de busca e apreensão em Brasília e em cinco cidades do Rio Grande do Sul, tendo como um dos alvos um assessor parlamentar.

As emendas parlamentares são recursos do orçamento federal que podem ser direcionados por deputados e senadores para projetos e obras em suas bases eleitorais. Elas têm o objetivo de distribuir melhores recursos públicos, garantindo investimentos em áreas prioritárias para cada região. Existem quatro tipos principais de emendas: individuais, que são impositivas e obrigam o governo a executar os repasses; de bancada, também impositivas, que destinam recursos conforme a indicação de parlamentares de cada estado; de comissão, que não são impositivas e são definidas por colegiados temáticos do Congresso; e as emendas de relator, declaradas inconstitucionais pelo STF em 2022, pois não permitiam identificar o parlamentar responsável pela destinação dos recursos, caracterizando o chamado "orçamento secreto".

A falta de transparência na execução das emendas tem sido uma das principais preocupações em relação ao orçamento público. A decisão do STF de proibir o orçamento secreto foi um passo importante para aumentar a fiscalização sobre esses recursos, mas os recentes casos investigados pela Polícia Federal mostram que ainda há brechas para desvios e irregularidades. O acesso público a informações detalhadas sobre

a destinação desses recursos é fundamental para evitar a corrupção e garantir que o dinheiro seja efetivamente aplicado em benefício da população.

A Controladoria-Geral da União cumpriu, dentro dos prazos determinados pelo Supremo Tribunal Federal, a entrega de um Guia com normas e orientações para Fundações de Apoio a fim de que haja aplicação e prestação de contas adequadas quanto às emendas parlamentares federais, com transparência e rastreabilidade por essas instituições. O documento foi elaborado com a participação da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Educação (MEC).

O ministro Flávio Dino determinou que o trabalho fosse feito pela Controladoria-Geral da União, Ministério da Educação (MEC) e a Advocacia-Geral da União (AGU). A decisão do ministro foi tomada após análise de Relatório Técnico produzido pela CGU, que apresentou os resultados de auditoria realizada sobre 33 entidades sem fins lucrativos, entre elas algumas Fundações de Apoio, que receberam o maior volume de empenhos e o maior valor de pagamentos oriundos de emendas parlamentares no ano de 2024.

Esse foi um importante exemplo de como intensificar a transparência das relações públicas orçamentárias. A sociedade precisa estar atenta à forma como os parlamentares destinam recursos e cobrar mais transparência e responsabilidade na gestão do orçamento público. Ferramentas digitais e mecanismos de controle devem ser fortalecidos para impedir que emendas sejam utilizadas como moeda de troca política ou desviadas para interesses privados. A fiscalização constante é essencial para garantir que o dinheiro público cumpra sua função social e atenda às reais necessidades do país.

*Mateus Casarotti é advogado, especialista em Direito Imobiliário, sócio do escritório Casarotti Pereira Advogados.

Municípios podem liderar avanços do Estado e valorização dos servidores

*Artur Marques

Este ano, com o início dos novos mandatos de prefeitos e das legislaturas das câmaras de vereadores em todos os municípios brasileiros, é essencial enfatizar os desafios e oportunidades que marcam a administração pública. As demandas prioritárias, que foram temas recorrentes das campanhas eleitorais em 2024, incluem a melhoria da educação básica, com iniciativas que promovam igualdade de oportunidades para crianças e jovens, e o fortalecimento do sistema de saúde, assegurando que seja acessível, eficiente e resiliente. Como os municípios têm responsabilidades diretas nessas áreas, suas gestões precisam ser proativas, assertivas e inovadoras nesses dois campos.

Outra questão urgente, sob a alçada mais específica dos estados e da União, é a segurança. Políticas que protejam os cidadãos, combatam a violência, desbanquem o crime organizado e garantam os direitos fundamentais são imprescindíveis. Além disso, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável exigem esforços integrados entre todas as esferas de governo, incluindo as prefeituras, que desempenham papel fundamental na execução de projetos locais.

No entanto, o êxito de qualquer política pública está intrinsecamente ligado à valorização dos servidores. Não há governança eficiente sem profissionais capacitados e motivados. Os funcionários, especialmente os estatutários, são a espinha dorsal da administração estatal, garantindo a implementação de ações e o atendimento à população de maneira imparcial e técnica. Seu justo reconhecimento pelos brasileiros é uma necessidade estratégica para que o País alcance seus objetivos de desenvolvimento social e econômico.

Os servidores estatutários, contratados por

meio de concursos públicos que premiam mérito e competência, asseguram que o Estado funcione de maneira institucional e democrática, independentemente de qual partido esteja no poder. São eles que viabilizam as prioridades em educação, saúde, segurança, previdência social e outros serviços essenciais ao bem-estar da população.

Nesse contexto, a estabilidade dos funcionários estatutários revela-se como um pilar de defesa da própria sociedade. Impede que, em momentos de transição política, os quadros técnicos sejam substituídos por critérios partidários, comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Imaginem o caos administrativo que seria se, nos 5.568 municípios brasileiros, servidores capacitados pudessem ser demitidos e substituídos por indicações políticas a cada troca de governo, como ocorre este ano nas cidades. A estabilidade, portanto, protege o interesse público e assegura que o Estado continue operando em benefício da população, mesmo diante de mudanças políticas e ideológicas.

É fundamental que em 2025, a partir dos novos mandatos nas prefeituras e câmaras de vereadores, consolide-se uma cultura de maior eficiência estatal, promovendo-se serviços mais ágeis, modernos e eficazes. Tal avanço passa, necessariamente, pela valorização dos servidores públicos e o reconhecimento do caráter essencial de sua contribuição ao desenvolvimento de um país funcional e justo. Os municípios, como esfera de governo mais próxima do cidadão, têm a responsabilidade e a oportunidade de liderar pelo exemplo, mostrando que o investimento em profissionalismo, planejamento e inovação pode transformar a realidade das cidades e inspirar mudanças em todo o Brasil.

*Artur Marques é o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP).

A NOTE AÍ

João Carlos
joaocarlos@acidadevotuporanga.com.br



Chino Bolotário fala com otimismo dos contatos mantidos com empresários para se instalar em Votuporanga

Sai de baixo

Nas conversas ao pé do ouvido consta que as lideranças do grupão já não estão bebendo vinho na mesma mesa. Dizem que alguns dos poderosos da política local estão deixando de escanteio o prefeito Jorge Seba. Por outro lado, há uma disputa aberta para deputado: enquanto uns permanecem fiéis ao Carlão, outros acenam para Danilo Campetti. Na frente tapinha nas costas e por trás só cotoveladas.

A dança

Um deputado bem apoiado na cidade pediu a cabeça de um secretário da prefeitura. O argumento era de que a pasta ocupada pelo tal secretário, é do partido, conforme combinado na eleição do prefeito. Porém, agora, secretário está flertando com outro deputado. Sendo assim, a ordem do partido é para desocupar a cadeira.

Aqui não!

O prefeito Jorge Seba ignorou o pedido do deputado e bancou o emprego do secretário. Assim o café ficou amargo para o presidente da legenda, que reconhecidamente tem forte influência na política local e com o prefeito. Jorge, depois que venceu a batalha na escolha do seu vice já não tem medo de "cara feia".

Entre nós

Uma conversa muito reservada entre a assessora linha de frente do deputado Carlão, a Karina do Carmo, com o destacado empresário e presidente do PP local, Valmir Domelas, ocorrida durante o ato de inauguração da Creche, na semana passada, ainda é motivo de muita especulação. O que foi discutido ninguém sabe, mas cheirou território político e gerou muita especulação.

O caldeirão

Por essas e outras, as rodas políticas andam fervendo nesta semana. O caldeirão político esquentou. E a tendência é ferver ainda mais com os projetos polêmicos que vão a votação na próxima segunda-feira, dia 17, na Câmara. Já estão dizendo que há até interferência de gente de fora do legislativo fazendo a cabeça do vereador.

Enquanto isso

O deputado Danilo Campetti é o nome da vez em Rio Preto. Nesta semana, ele anunciou em absoluta primeira mão o início das obras de

duplicação da rodovia Washington Luiz, entre Cedral e Mirassol, que deve desafogar o tráfego nos horários de pico, no trecho de Rio Preto. As obras começam em março e o prazo de conclusão é de três anos.

Em alta

A tal obra de duplicação da rodovia em Rio Preto é uma prioridade nas reivindicações dos políticos. Consta que o deputado Danilo teria informações privilegiadas no Palácios dos Bandeirantes, o que o levou a anunciar a conquista antes de outros que se dizem próximos do governador. Nas redes sociais ele dá a notícia ao lado do secretário estadual de Parcerias em Desenvolvimento, Rafael Benini.

Wartão

O vereador Walter José dos Santos, o Wartão, do União Brasil, ganhou destaque nesta semana ao agendar com o diretor regional da CDHU, Felipe Marques, um mutirão de renegociação de quem tem dívidas com o órgão. Será no dia 22 próximo, no recinto da Câmara Municipal. Conforme noticiado, Votuporanga tem mais de 850 mutuários em débito com as suas parcelas.

Futuro

Wartão não é nada amador quando o assunto é política. Ele vem daquele grupo que na eleição de 1992, elegeu o prefeito Pedro Stefanelli. Outro vereador eleito naquela época pelo PL (Partido Liberal) foi o médico Luiz Alberto Dias Zanbon. Este não quer mais saber de política e se dedica inteiramente à medicina.

Chino

Quem passou pela redação do A Cidade nesta semana foi o secretário de Desenvolvimento Econômico do município, Chino Bolotário. Na

oportunidade ele discorreu sobre o seu trabalho à frente da pasta, onde a meta é atrair empresas para Votuporanga. Como o Chino é do ramo imobiliário, conhece bem os trâmites para buscar investimento para o setor econômico do município. Está muito motivado.

Experiência

Chino não é nenhum estreante na vida pública. Na Câmara Municipal ele foi dono de uma cadeira por 20 anos de vereança. Começou muito jovem e amadureceu militando com diferentes prefeitos. Na administração do prefeito Júnior Marão já se ventilava o nome dele para o cargo de secretário de Desenvolvimento. Na época, o prefeito preferiu manter a sua mesma equipe e o Chino ficou de fora. Mas, não se aborreceu e nem perdeu a esperança

Fora da política

Dono de uma imobiliária, Chino descartou a vida pública. Agora, passados 16 anos da sua última eleição, acabou aceitando o convite do prefeito Jorge Seba para voltar num cargo que ele desejava desde os tempos do governo de Junior Marão. E para isso quer mostrar serviço.

Viagens

Já neste primeiro mês como secretário, Chino não mediu distância. Ele empreendeu viagens e manteve contatos importantes visando atrair empresas para Votuporanga. Chino não revelou o que o município está oferecendo, mas deixou claro que em todos os contatos mantidos a primeira coisa que o convidado quer saber é quais serão as vantagens de se instalar Votuporanga.

Otimismo

Chino espera colher os frutos do seu trabalho no atual governo. Mostra-se bastante confiante nos contatos mantidos até agora. Ainda, mantém uma lista de visitas agendadas. De qualquer forma quer mostrar trabalho. Já a sua empresa imobiliária, definitivamente passou para o filho que, segundo ele, herdou a garra do pai.

De saída:

Outra boa notícia do Chino. As negociações em torno da retomada das obras do shopping não têm como não dar certo. Segundo ele, todas as cotas disponíveis para a negociação se esgotaram e tem fila de espera de empresários interessados no Shopping Votuporanga. Sendo assim, as negociações vão de "vento em popa".



Deputado Danilo Campetti anuncia início das obras em Rio Preto e se apresenta como o mais próximo do governador.

Fundado em 1º de janeiro de 1985

A CIDADE

Diário matutino de circulação regional

- Noticiário regional e nacional



Jornalista Responsável
João Carlos A. Ferreira -
MTB Nº 21.922

Publicação de Empresa

Jornal A CIDADE de Votuporanga Ltda
CNPJ 53.973.426/0001-98
Inscrição Estadual:
718.020.116.115

Administração, Redação e Parque Gráfico

Rua Barão do Rio Branco, nº 4446
Fone: (17) 3422-4199
Cep: 15-500-055 - Votuporanga-SP

Home Page

www.acidadevotuporanga.com.br



www.facebook.com/
acidadevotuporanga

E-mail:

a.cidade@acidadevotuporanga.com.br (Redação)
contato@acidadevotuporanga.com.br (Comercial)



(17) 3422-4199

Características:

Confecção em OFF-SET
(gráfica própria)

Os artigos assinados são de
inteira responsabilidade de
seus autores.

É proibida a reprodução de
fotos, textos e anúncios sem
prévia autorização